



Processo nº : **10840.002364/91-33**
Sessão de : 05 de julho de 1995
Acórdão nº : **203-02.291**
Recurso nº : **97.725**
Recorrente : LUIZ MANGIERI
Recorrida : DRF em Ribeirão Preto - SP

ITR - IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL -
Sendo o contribuinte proprietário ou possuidor do imóvel rural, é ele o sujeito passivo da exigência fiscal. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por LUIZ MANGIERI.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Tiberany Ferraz dos Santos.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 1995

Sebastião Borges Taquary
Sebastião Borges Taquary
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Maria Thereza Vasconcellos de Almeida
Maria Thereza Vasconcellos de Almeida
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues, Sérgio Afanásieff, Mauro Wasilewski, Celso Angelo Lisboa Gallucci e Armando Zurita Leão (Suplente).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

565

Processo nº : 10840.002364/91-33

Acórdão nº : 203.02.291

Recurso nº : 97.725

Recorrente : LUIZ MANGIERI

RELATÓRIO

Impugna (fls.01) o Contribuinte acima identificado, lançamento expresso na Notificação de fls. 02, destinado a exigir crédito tributário relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, exercício de 1990, incidente sobre o imóvel cadastrado no INCRA, sob o Código 901 032 061 824 8.

Tais razões de inconformismo, lançados na peça de defesa, alega o interessado a improcedência do valor estipulado, vez estar a área discutida, sendo objeto de Ação Discriminatória movida pelo INCRA, através do Processo de nº 4590/76-0, na Justiça Federal, seção judiciária de Mato Grosso.

Anexa documentação de fls., em comprovação ao afirmado.

Instado através do Expediente de fls. 16, a apresentar certidão judicial, especificando a propriedade objeto do litígio, juntou o impugnante, Documento de fls. 17, trabalhando a área discutida, bem como o estado do processo na esfera jurídica, em 17/11/93.

O Julgador de primeira instância, indeferiu o pleito do contribuinte em análise, mediante Peça de fls. 18/19, cuja ementa transcrevo:

“TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL. Havendo litígio quanto à posse ou propriedade do imóvel, permanece como contribuinte àquele em nome o qual está cadastrado junto ao INCRA”.

Não se conformando com o entendimento desfavorável da autoridade julgadora, interpôs o requerente Petição de fls. 24/31, argumentando, preliminarmente, que descumpriida a legislação de regência, o crédito tributário foi irregularmente constituído, não podendo gerar qualquer efeito.

Registra ter havido erro na localização do imóvel em questão, dificultando o cumprimento da obrigação tributária.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10840.002364/91-33
Acórdão nº : 203.02.291

Notifica ainda que no caso em análise, a cobrança impugnada foi inscrita na dívida ativa, por integrante da Procuradoria Regional em Mato Grosso, órgão incompetente para tal.

Discute no mérito a posse da área discutida alvo, de Ação Discriminatória proposta pelo INCRA, processo em tramitação até a data presente.

Requer o provimento do Recurso e o cancelamento do crédito lançado, por acreditar ser medida de inteira justiça.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10840.002364/91-33

Acórdão nº : 203.02.291

567

VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA

Cumpridas as necessárias e indispensáveis formalidades processuais, analisa-se pleito recursal em comento.

Alega, preliminarmente, o requerente ter sido regularmente constituído o crédito impugnado.

Argumenta que a notificação de lançamento e de cobrança do imposto e demais acréscimos exigidos, não atendeu aos ditames legais, vez que, não obedeceu ao que preceitua o art. 10 do Decreto-Lei nº 57/66.

Mencionado dispositivo, ordena seja notificado o contribuinte para o pagamento do tributo, mediante edital fixado na sede das Prefeituras dos Municípios além da usual publicação no Diário Oficial.

Registra que o imóvel discutido sofreu inúmeras mudanças em sua localização por motivos vários dificultando a cobrança, o que torna nulo o presente lançamento.

Na segunda preliminar, levantada discorre sobre o “Termo de Inscrição em Dívida Ativa”, o qual considera ato privativo da Procuradoria Jurídica.

No presente caso o ato malsinado foi, entende-se, efetuado pelo Procurador Regional do INCRA, com o que não se conforma o recorrente.

Em relação à preliminar citada em primeiro lugar, como é sabido no caso em análise, trata-se de lançamento por declaração, assim chamado, porquanto “é levado a efeito com base na declaração do sujeito passivo ou por terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, prestar à autoridade administrativa informações sobre a matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação” (art.147 de CTN).

Cabe, pois, ao contribuinte, zelar pelos corretos dados relativos ao imóvel, os quais serão levados em conta no lançamento e valor do tributo, retificando-os, quando lhe aprouver e lhe for dado ensejo.

Na lide tributária ora discutida, relativa ao exercício de 1990, o Documento de fls. 02 faz certo ter sido o interessado formalmente cientificado da cobrança, inclusive impugnando o crédito tributário na data aprazada. Aliás, o art. 145 do CTN, se refere a

M



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10840.002364/91-33

Acórdão nº : 203.02.291

568

lançamento regularmente notificado ao contribuinte. Isto significa antes de tudo, que não basta a autoridade ou o agente autorizado elaborar um lançamento e mantê-lo no local da repartição, porém efetivamente cientificar o contribuinte por qualquer das formas que a lei autorize.

Considera-se assim, nesse particular, perfeitamente disposto o lançamento.

Quanto a outra preliminar argüida, sobre o “Termo de Inscrição de Dívida Ativa”, sabe-se que no Parecer XXXVI, DOU de 25/05/81, o ilustre Procurador da Fazenda Leon Frejda Szklawsky conceituou o expediente da forma como segue:

“ Termo de Inscrição da Dívida Ativa é o instrumento visado pela autoridade competente, pelo qual se faz o registro do débito para com a Fazenda Pública, contendo os requisitos indicados pela lei.”

O controle extrínseco de legalidade do ato compete ao Procurador da Fazenda Nacional, que deve preceder à inscrição da dívida.

É sabido, igualmente, que a inscrição se constitui no ato de controle, administrativo da legalidade, *ex vi* de § 3º do art. 2º da Lei nº 6.830/80.

Parece no entanto, que em relação ao caso em tela, o momento não é o mais adequado para discutir o assunto, pelo que, não encontrando obstáculo também em relação a preliminar comentada, passa-se a examinar o mérito.

Aqui, o fundamento precípua das razões trazidas no Recurso, diz respeito a Ação Discriminatória, proposta em data bem anterior e segundo o recorrente, ainda não inteiramente decidida.

Com efeito, ingressando na esfera judiciária, o INCRA como requerente da ação citada, teve infundada sua pretensão através de sentença judicial datada de 25/10/1988 (fls. 03/05).

O Juiz Federal, na parte dispositiva da decisão, julgou extinta a ação “por ausência de possibilidade jurídica para conhecimento do mérito” restando pois patente, que o cerne da questão permaneceu inatacado. Não se conformando, apelou o INCRA, daí derivando o Recurso Especial nº 12658-0/M F, ora tramitando perante o Superior Tribunal de Justiça onde foi autuado em 20/08/91.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº : 10840.002364/91-33
Acórdão nº : 203.02.291

569

A Lei nº 6.383 de 07/12/76, que disciplina “o processo discriminatório de terras resolutas da União e das outras providências”, dispõe em seu art. 21, capítulo III “Do Processo Judicial, o que segue:

“ ”

Art. 21. Da sentença proferida caberá apelação somente no efeito devolutivo, facultada a execução provisória.

“ ”

Depreende-se assim, que a sentença proferida e acima aludida, é de aplicação imediata, admitida inclusive sua execução provisória.

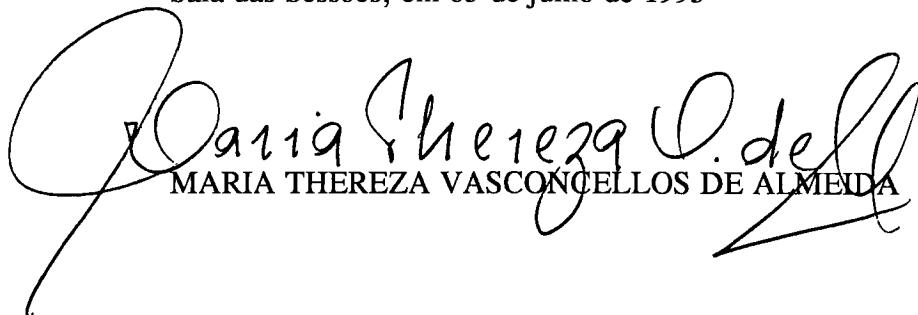
Nos precisos termos do art. 31 do CTN é sujeito passivo do ITR, não apenas o proprietário do imóvel, mas também o possuidor a qualquer título.

O próprio ajuizamento da Ação Discriminatória, torna evidente ser o contribuinte possuidor do imóvel. É pois, sujeito passivo do imposto em questão.

Destaco, entretanto, que o presente julgamento, não é impeditivo que no futuro caso assim deseje, o interessado pleiteie a devolução do indébito, preenchidas as condições, o que será objeto de análise na época devida em autos próprios.

Diante do exposto, conheço do Recurso, e no mérito, nego-lhe provimento, mantendo-se a exigência fiscal.

Sala das Sessões, em 05 de julho de 1995


MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA